



## O ANTI-INDIVIDUALISMO DE TYLER BURGE: UM TIPO DE *EMBODIMENT*?

**Débora Fontoura de Oliveira**

Doutoranda em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Bolsista CAPES/PROSUP)  
RS, – Brasil  
debbyfontoura@gmail.com

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é esclarecer a perspectiva *anti-individualista perceptual* de Tyler Burge a fim de compreender qual seria a posição representacionalista deste filósofo. Para isso, busco expor inicialmente o que é a percepção na perspectiva de Burge, na medida em que a noção de representação objetiva está fundamentada nela. Em um segundo momento, exponho a sua crítica ao *representacionalismo individual*, posição esta que defende o sistema perceptual do indivíduo como o meio para representar o mundo objetivamente; para então, expor o seu *anti-individualismo perceptual*, que concebe a percepção como algo atribuído a todo animal e dependente das relações com o ambiente físico, sendo ela a fonte para a representação ou o conteúdo representacional. Ao fim do artigo proponho que a posição *anti-individualista* de Burge poderia ser reconhecida, frente às pesquisas contemporâneas acerca das ciências cognitivas, como um *moderate embodiment*.

**Palavras-chave:** Burge. Percepção. Anti-individualismo perceptual. Representação. Embodiment.

### **TYLER BURGE'S ANTI-INDIVIDUALISM: A KIND OF EMBODIMENT?**

**Abstract:** *The objective of this paper is to clarify Tyler Burge's anti-individualist perceptual perspective in order to understand this philosopher's representationalist position. To this end, I seek initially what perception is in Burge's perspective insofar as the notion of objective representation is based on it. Subsequently, I explain his critique of individual representationalism, a view in support of the perceptual system of the individual as the means to represent the world objectively, and then his perceptual anti-individualism, which conceives perception as something attributed to every animal and dependent of relations with the physical environment, as the source for representation, or representational content. At the end of the article, I propose that Burge's anti-individualist position could be acknowledged, in the face of contemporary research on cognitive science, as a moderate embodiment.*

**Keywords:** *Burge. Perception. Perceptual anti-individualism. Representation.*

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*Perceptual representation is where genuine representation begins. In studying perception, representational psychology begins. With perception, one might even say, mind begins. With these two kinds, perception and representation, a rudimentary objectivity also originates. These origins have phylogenetic, developmental, and constitutive dimensions. (BURGE, 2010, p. 367)*

A preocupação central da filosofia no séc. XX, de acordo com Tyler Burge (2009, p. 285), era determinar as condições sobre as quais era possível representar, empiricamente e com precisão, elementos do ambiente físico como tendo específicas características físicas. Ou seja, determinar as condições em que a representação de algo independente da mente é possível. Muitos filósofos viam a representação empírica do ambiente físico como algo fundamentado na capacidade do indivíduo de organizar as informações sensoriais, outros ainda defendiam que, antes disso, é necessária ao indivíduo uma capacidade proposicional, conceitual para todas as representações. Porém, para Burge, conceber representações objetivas fundadas em qualquer uma dessas exigências é um equívoco, dado que, o conteúdo do pensamento de um indivíduo não é determinado por aquilo que acontece internamente, mas sim, externamente. Isto é, o conteúdo do pensamento é determinado, em parte, pelo entorno físico e social em que os indivíduos se encontram. Portanto, a posição de Burge, reconhecida como *Anti-Individualista Perceptual*, opõe-se ao chamado *Representacionalismo Individual* (defendido principalmente no séc. XX).

De acordo com Burge, em seu artigo “Individual and the Mental” (1979), o contexto social contamina mesmo as características distintamente mentais das atribuições mentalistas. Nenhum fenômeno mental intencional de indivíduos, segundo este autor, é uma ilha. Todos os homens são parte do continente social, da terra firme social. Deste modo, Burge defende que a percepção é o acesso epistêmico para um mundo objetivo e é uma capacidade que pertence tanto aos homens quanto aos animais e depende não só do indivíduo, mas também do ambiente externo.

Observado isso, no presente texto busco expor a relação entre percepção e representação na tese *anti-individualista perceptual* assumida por Burge. Na primeira seção, apresento a sua concepção de percepção; na seção seguinte, o que esse filósofo compreende por “representação” ao assumir uma perspectiva anti-individualista. Ao fim do artigo, levanto uma questão frente à posição *anti-individualista* de Burge: se ela poderia ser reconhecida como um *moderate embodiment*, isto é, a posição que aceita o corpo de um indivíduo e o mundo como parte de sua mente.

---

<sup>1</sup> Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Sofia Inês Albornoz Stein pelo incentivo e discussões, bem como Matheus de Mesquita Silveira pelas colaborações neste artigo.

## 1. PERCEPÇÃO SENSORIAL COMO PERCEPÇÃO OBJETIVA

No início de seu artigo “Perception” (2003, p. 157) Burge afirma: “A percepção sensorial é o nosso primeiro acesso epistêmico a um mundo objetivo e independente da mente”. Para esclarecer o que é “percepção” Burge contrasta esta noção com a de “discriminação sensorial não-perceptual” (*non-perceptual sensory discrimination*), ao mesmo tempo em que diferencia “percepção” de “sensação” e de “conceituação”. O objetivo desta primeira parte do trabalho é ressaltar o que é a “percepção”, para então, entender o que é “representação”, dado que “Delinear cada tipo, *representação* e *percepção*, depende da definição do outro” (BURGE, 2010a, p. 291).

Muitos estudos, tanto na psicologia como na filosofia, distinguem percepção de sensação afirmando que esta é frequentemente associada a dados naturais ou caracterizada como passiva, enquanto que aquela envolve a interpretação dos dados e é ativa. Porém, para Burge (2010a) isso é um tanto enganoso, pois os termos “dados”, assim como “interpretação” são obscuros, ou ainda, é um equívoco pensar que a percepção considera a sensação como objeto e a partir disso a interpreta. Para Burge a “A percepção é um tipo de *representação sensorial objetiva por parte do indivíduo*” (2010a, p. 368), enquanto que a sensação, ou estado sensorial, é apenas um registro sensorial, uma resposta de estímulos. O estado sensorial é concebido como um estado psicológico (a estimulação dos órgãos dos sentidos causa uma sensação), porém é o primeiro produto psicológico de impactos físicos sobre o corpo que não é representacional. Já a percepção pode ser constituída de sensações ou ser o produto de transformações posteriores sobre sensações iniciais, o seu diferencial é que ela é o primeiro passo psicológico que fundamenta o conhecimento e é representacional.

A percepção, segundo Burge (2009, 2010a), é um tipo psicológico distinto que fundamenta tanto a explicação científica como a do senso comum, e deve ser entendida como funções de percepção sensorial para representar singulares. Para ele, a percepção está fundamentalmente enraizada nos métodos e premissas da psicologia da percepção. Burge destaca que sua posição diferencia-se, e muito, de propostas como a de John McDowell e Gareth Evans, que assumem o tópico da percepção como algo não vinculado a psicologia da percepção.<sup>2</sup> Ao se opor a isso, Burge defende que a psicologia é meio para entender o fenômeno representacional, pois ela tenta explicar como as perspectivas representacionais dos indivíduos são formadas considerando as interações indivíduo-ambiente, de modo que os indivíduos não formam os seus estados sensoriais, perceptivos ou não-perceptivos, embora eles possam se colocar, a si mesmos, em posições a receber tais estados.

A percepção e os estados perceptuais que são atribuídos ao indivíduo também são sempre atribuíveis ao sistema perceptual do indivíduo. Porém, nem todo processo que ocorre no sistema perceptual é atribuível ao indivíduo, ou seja, uma transformação de informações sensoriais dentro de percepções e

<sup>2</sup> Para compreender esta crítica a McDowell e a Evans confira os artigos “Disjunctivism and Perceptual Psychology” (2005), “Disjunctivism Again” (2011), bem como os capítulos 6 e 9 do livro *Origins of Objectivity* (2010a) de Burge. Em seu artigo “Disjunctivism again” (2011), por exemplo, ele afirma: “The central point in my rejection of his disjunctivism concerns his claim that the science of perceptual psychology is irrelevant to his disjunctivist classification of perceptual states. I hold that this claim shows lack of familiarity with the science and serious misunderstanding of it. The basic deficiency in McDowell’s disjunctivism is that it, like other versions, is incompatible with well-established scientific knowledge” (p. 43).

transformações entre percepções quase nunca são atribuíveis ao indivíduo. Isto quer dizer que o indivíduo não faz com que elas aconteçam, ou ainda, nem sempre o indivíduo está consciente delas.

Burge (2010a) quer com isso destacar que certos tipos de sistemas sensoriais não-perceptuais abrigam estados sensórios que não são atribuíveis a indivíduos, isto é, não são sentidos pelos indivíduos. Por exemplo, os estados sensoriais em subsistemas que regulam o tônus muscular, a temperatura corporal, a constrição vascular. Temos aqui subsistemas sensoriais que, além de serem não-perceptuais, são independentes do indivíduo e de sua consciência. Por exemplo, os registros proprioceptivos, reconhecidos como uma forma de percepção interna do movimento do corpo, não são atribuíveis ao indivíduo e não contam como percepção.

A diferença entre estados sensoriais e estados perceptuais não repousam sobre a funcionalidade referindo-se a causação (*causation*), mas na natureza das capacidades. Ou seja, a capacidade sensorial não pode ser associada com a capacidade de repostas aos impactos causais; ter essa capacidade de resposta não faz com que definamos o que é um sistema sensorial. Por exemplo, uma planta é sensível e receptiva à luz, mas as plantas não possuem sistemas sensoriais, ou ainda, o óleo é causalmente sensível ao fogo, mas nenhum estado do óleo é um estado sensório. Para Burge, a noção de um sistema sensorial é uma noção funcional, sendo assim, um sistema sensorial não é apenas marcado por sua capacidade de resposta a estímulos, mas é, principalmente, um sistema de uma entidade capaz de se comportar (“*capable of behavior*”).<sup>3</sup>

Assim, a percepção é constitutivamente uma competência representacional. Esta competência representacional é capaz de ser verdadeira ou falsa. Neste sentido, uma condição constitutiva (*constitutive condition*) sobre a percepção é que ela seja capaz de veracidade ou falha de veracidade – precisão ou imprecisão.<sup>4</sup> A percepção, então, terá sucesso no cumprimento da função de representação da percepção se ela for precisa (*accuracy*)<sup>5</sup>. Um estado perceptual é o tipo de estado de percepção que é, em virtude de suas condições de veracidade (*conditions of*

<sup>3</sup> Burge, apesar de não se aprofundar no conceito de “behavior”, parece compreender que o sistema sensorial perceptual é o que possibilita, por exemplo, não apenas estados sensórios, mas faz com que seja possível um comportamento (2010a, p. 377). O comportamento, para Burge (2010a, p.331) não é meramente um movimento causado por forças físicas sobre o organismo, ou a ocorrência dos processos nas células ou outros subsistemas do organismo além de diferir de certas repostas periféricas a estímulos, mas o comportamento se relaciona a funções biológicas de um organismo como um todo e ainda ao que está além do indivíduo. Consideremos, por exemplo, um animal no qual seus estados sensórios detectam a presença de um predador, esta detecção foi selecionada porque elas tendem a contribuir para repostas adaptativas, incluindo comportamentos adaptativos no animal como um todo em um ambiente.

<sup>4</sup> As condições de veracidade – de precisão ou imprecisão – constituem o que o estado perceptual é.

<sup>5</sup> Para Burge (2010a) uma percepção de sucesso é necessariamente uma percepção de singulares, então o conteúdo perceptivo que estabelece condições de veracidade (*veridicality conditions*) deve ter pelo menos um elemento singular, o qual é dependente do contexto, uma vez que pode ser aplicado somente ao que ele causa. Além disso, a percepção também deve envolver a aplicação de habilidades gerais que funcionam para agrupar ou categorizar os tipos de dados a partir de uma perspectiva perceptual (de percepção) sobre os tipos e particulares/indicações. Assim, no conteúdo perceptivo, deve existir um elemento geral tanto quanto um elemento singular: elementos gerais são os atributos perceptivos (*perceptual attributives*); eles atribuem os tipos, propriedades ou relações com as informações percebidas. A percepção verídica representa um particular como sendo o caminho, a indicação do atributo perceptual/perceptivo. Alucinações e ilusões, para Burge não ocorrem de conteúdo representacional verídico, isto é, elas não podem ser entendidas como alucinações com conteúdos representacionais verídicos, isso é impossível, o que ocorre é que elas são falhas representacionais (BURGE, 2010a, p. 383).

*veridicality*) – condições que devem ser preenchidas para que o estado perceptual seja o de uma percepção verídica. Para Burge, é o conteúdo representacional que constitui essas condições. Conteúdos representacionais são “[...] tipos abstratos que estabelecem as condições sobre as quais um estado psicológico é verídico. Conteúdos representacionais constituem a perspectiva que o indivíduo tem sobre um assunto” (BURGE, 2010a, p. 379).

Os conteúdos representacionais auxiliam na individualização dos tipos de estados de percepção e são aspectos de estados perceptuais. Logo, os conteúdos representacionais perceptuais são simultaneamente formas de representação, tipos de estados de percepção e condições de veracidade com certas características estruturais que incluem aplicações ligadas a contextos específicos e horários específicos em que ocorrem.<sup>6</sup>

Portanto, ao considerar a percepção e a representação como interligadas, Burge sustenta que a representação começa com a percepção. Por isso, é importante, segundo ele, diferenciar estados perceptivos representacionais de estados que apenas codificam ou registram informações sensoriais, isto é, sistemas sensoriais de sistemas sensoriais perceptuais (BURGE, 2003a, p. 157). Sendo assim, organismos, por exemplo, como bactérias, amebas, moluscos, possuem um sistema sensorial capaz de discriminar vários atributos - luz, força magnética, calor, etc. - no ambiente físico, porém somente com função de carregar informações. Nós, seres humanos, assim como esses organismos, também temos experiências sensoriais que não são em si mesmas percepções. Por exemplo, a capacidade das nossas retinas, que registram, ou codificam, propriedades espaciais e de luz, ou ainda os movimentos sacádicos dos olhos, não são percepções (BURGE, 2010a, p. 315).

Para Burge (2010a), nem a percepção e nem a representação reduzem-se, simplesmente, ao registro de informações ou discriminação sensorial.<sup>7</sup> Mas, a percepção é uma capacidade sensorial para a representação objetivada, enquanto que a representação é uma condição constitutivamente associada a condições de veracidade (*veridicality conditions*), por exemplo, a precisão da percepção. A veracidade, ou as condições de veracidade, não entram sistematicamente e nem trivialmente em explicações de sistemas sensoriais. Por exemplo, não é necessária nenhuma noção de percepção ou representação para explicar o sistema sensorial de um caracol (BURGE, 2010a, p.318).

Isso quer dizer que no caso de uma ameba, ou ainda de uma bactéria, o sistema sensorial simplesmente registra informações associadas com estimulação proximal. Isto é, os organismos simplesmente reagem às condições sobre a sua superfície corporal. E essas reações são seguramente correlacionadas com as condições ambientais que satisfazem as necessidades do organismo. Assim, uma

---

<sup>6</sup> No caso de insuficiência referencial na percepção (ou outros tipos de ilusão) a estimulação proximal e o registro da estimulação proximal não são causalmente ligados de um modo adequado aos elementos ambientais (BURGE, 2010a, p. 390). Opondo-se às visões disjuntivistas, Burge assegurará que não há diferença no estado perceptual de uma percepção verídica e uma ilusão, a diferença no estado delas mesmas é puramente diferença ligada ao contexto, a ocorrência/token. Para Burge: “Differences between veridicality and referential illusion depend on the full causal chain, including the distal parts of the chain, that leads up to the registration of proximal stimulation on the sensory receptors and then, through the operations of the perceptual system, to perceptual state instances—the ultimate effects of the chain” (2010a, p. 394).

<sup>7</sup> A discriminação sensorial serve à função biológica, à ação de contribuir com a boa condição física. Todavia, sistema sensorial perceptual tem a função *representacional* (BURGE, 2010a, p. 376).

bactéria ou uma ameba não percebem ou representam nada, apenas reagem às estimulações proximais, correlacionadas ao ambiente, e registram e discriminam a informação.

De acordo com Burge:

Descrito do ponto de vista da anatomia e da fisiologia, existe uma continuidade entre a sensibilidade da ameba à luz e a visão humana. Descrito a partir do ponto de vista das explicações dos sistemas visuais dos mamíferos e outros animais relativamente complexos, a representação perceptual é um tipo distinto de estado psicológico (2010a, p. 319).

Deste modo, seres humanos, mamíferos e animais mais complexos não possuem apenas um sistema sensorio que serve a função biológica de discriminar estados sensorios, mas também um sistema sensorio perceptual, que possui uma função representacional. Assim, o sistema sensorio perceptual tem como função originar percepção, o que permite ao indivíduo representar corretamente através de mecanismos sensoriais. É com o estudo da percepção que a psicologia representacional tem seu início, além disso, é com a percepção que, poderíamos dizer, a mente começa (BURGE, 2010a, p. 367).<sup>8</sup> Na seção seguinte, busco apresentar o papel da percepção e da representação no *anti-individualismo* perceptual de Burge, para no fim, interligar esses três pontos e pensar sobre a sua noção de “representação” e as correntes contemporâneas sobre *embodiment*.

## 2. O REPRESENTACIONALISMO DE BURGE

O objetivo de Burge em muitos de seus trabalhos é o de tentar desenvolver um entendimento mais claro do fenômeno representacional. Para ele, explicar a noção de representação perceptual é importante, ao passo que ela tem um lugar distinto no nosso conhecimento sobre o mundo e é onde começa uma verdadeira representação.

A partir disso, Burge constrói sua perspectiva com respeito às “representações” sobre uma posição externalista, defendendo um *anti-individualismo perceptual*.<sup>9</sup> Ao defender a percepção como o nosso primeiro acesso epistêmico ao mundo, e que tanto os animais e seres humanos possuem, Burge constrói a sua noção de representação como equivalente ao “conteúdo representacional”, ou seja, a representação é associada com um estado perceptual e depende da interação com os elementos do ambiente, cujo animal tem constância perceptual<sup>10</sup> para discriminar o que é relevante às suas atividades e necessidades básicas. Para

<sup>8</sup> É importante destacar que a percepção não é uma capacidade infalível referencialmente para Burge.

<sup>9</sup> Ao conceber a “representação” como conteúdo representacional, Burge se opõe a visões deflacionárias sobre representação, pois estas afirmam que a representação não tem relação teórica distinta com a psicologia, e é frequentemente uma matéria de “graus”, ignorando, assim, distinções explicativas relevantes na ciência. Todavia, a ciência, as explicações na ciência, assim como no senso comum, invocam estados representacionais como tipos reais (cf. BURGE, 2010a, p. 293).

<sup>10</sup> Para Burge a “constância perceptual” é a capacidade de um sistema perceptual filtrar estímulos que são relevantes a perspectivas idiossincráticas (de um perceptor) em busca de uma propriedade objetiva sob diferentes condições ambientais que produzem diferentes tipos de estimulação proximal. Ex.: constância de cor, forma, distância, tamanho, movimento, etc.. Além disso, ela é uma característica necessária a todo sistema perceptual, inclusive animal.

compreender como a sua posição se sustenta é necessário entender as críticas que este autor faz às posições individualistas.

## 2.1. Crítica ao *Representacionalismo Individual*

Dentro da filosofia do século XX, a discussão sobre as condições mínimas para a possibilidade da representação empírica de objetos físicos possuiu um viés direcional definido por Burge (2009) como *representacionalismo individual*.<sup>11</sup> De acordo com essa posição, não se pode objetiva ou empiricamente representar um objeto externo como dotado de características físicas específicas, a menos que o indivíduo possua recursos que possam representar algumas das representações centrais em que tal representação é possível.

Um argumento em defesa do *representacionalismo individual* seria o de que ele teria sido observado em estágios de desenvolvimento. Por exemplo, Piaget (1954) defende que uma criança inicia seu desenvolvimento num estágio solipsista. Ele afirmava que a criança deve passar por uma série de etapas em que a manipulação de objetos permite a construção de uma representação de um mundo independente da mente. A criança seria dotada de uma estrutura referencial pré-individuativa que corresponderia, ainda que de modo deficiente, a uma realidade externa comum. Ela passaria por diversos estágios de desenvolvimento que a levariam a representar corpos ordinários e suas entidades (BURGE, 2009, p. 289).

Todavia, o aspecto problemático, filosófico e conceitual, desta posição se faz com respeito às afirmações de que a representação do ambiente físico é inteligível somente porque faz referência à construção psicológica do indivíduo de tal representação baseando-se em outras representações básicas de particulares, ou a recursos lingüísticos ou conceituais do indivíduo que complementa a percepção por espelhar condições gerais de objetivação (BURGE, 2009, p. 289). O *representacionalismo individual* faz com que a construção ou suplementação das representações devam ser dadas pelo ou no indivíduo, sendo ele a fonte para a objetivação. Ou seja, a representação objetiva é dependente da capacidade de representar de cada sujeito em um dado ambiente. As próprias representações do indivíduo incorporam em si mesmas as condições que poderiam explicar a representação objetiva do ambiente.

A abordagem na linha dos *dados dos sentidos (sense-data)* de percepção foi a forma dominante de *representacionalismo individual* na primeira metade do século XX.<sup>12</sup> Alegava que para representar um objeto físico como tendo características físicas específicas, o indivíduo ou seu sistema de percepção deve ser capaz de constituir uma representação desse objeto a partir de representações mais básicas. Estas representações mais básicas constituem os elementos necessários para a representação do mundo físico – elementos que são subjetivos ou proto-objetivos.

<sup>11</sup> Em uma nota de rodapé (5) de seu artigo “Perceptual Objectivity” (2009, p. 288), Burge chama a atenção que *Representacionalismo Individual* é diferente do chamado “Representacionalismo”, o qual se centra na natureza do *qualia*. Este representacionalismo, segundo ele, defende que todos os estados mentais, como dor, são constitutivamente e exaustivamente estados representacionais, sua natureza é inteiramente representacional.

<sup>12</sup> De acordo com Burge (2010a, p. 110), influenciado principalmente pelos filósofos empiristas britânicos (Locke, Berkley, Hume e Mill). Ainda segundo ele, tanto o positivismo lógico, como o behaviorismo e o descritivismo promoveram o *representacionalismo individual* de maneiras bastante evidentes (cf. BURGE, 2010, cap. 5).

Um exemplo deste tipo de abordagem está em exigir que o indivíduo ou seu sistema de representação seja capaz de construir descrições como a causa dos dados dos sentidos. Parte dos filósofos abandonou essa perspectiva na segunda metade do século passado, sustentando que, para que a representação empírica objetiva fosse reforçada criteriosamente, ela deveria ser dividida mediante representações menos reticuladas ou, ainda, obtida por meio da objetivação de recursos conceituais.<sup>13</sup>

Para Burge (2009), todas as posições do *representacionalismo individual* buscam entender o problema da representação do ambiente físico focando nas habilidades representacionais que o indivíduo deve ser capaz de exercitar se a representação de entidades no mundo físico for possível. Todavia, essa posição é enganosa. De acordo com Burge, os argumentos do *representacionalismo individual* não têm qualquer força, dado que eles postulam condições que são muito mais intelectualmente sofisticadas do que aquilo que, ao fim, oferecem de garantia.

Burge opõe-se ao *representacionalismo individual* na medida em que algumas posições parecem ir contra o senso comum. Porém, a argumentação de Burge contra o *representacionalismo individual* se faz principalmente a posição que defende que a representação empírica objetiva é obtida por meio da objetivação de recursos conceituais. É sobre esta crítica que me centrarei a partir de agora.

A maior parte das teorias da segunda metade do século XX deixa em dúvida que animais e bebês representem perceptualmente (ou representem a partir de) corpos, ou qualquer outro elemento do ambiente físico.

De acordo com Burge (2009), o *representacionalismo individual* está vinculado a linhas filosóficas que mantêm que o significado e a referência na linguagem ou pensamento dependem da capacidade do indivíduo para especificar ou, ao menos, seguir um procedimento de verificação, ou para descrever o referente de uma parte da linguagem. O conteúdo representacional de um estado mental ou de uma parte da linguagem era colocado pelos verificacionistas como explicado em termos de um procedimento de verificação. Em meados do século XX, no entanto, esta visão recebeu duras críticas, uma vez que era incapaz de explicar o significado dentro do discurso científico. Porém, para muitos pensadores essa dificuldade parecia não acontecer com relação a aplicações relativamente básicas da manifestação de representações empíricas.

Segundo Burge (2009), estas linhas teóricas erraram ao considerar que caso a psicologia do indivíduo careça de recursos para a representação de condições de objetivação, então não poderia haver objetivação. A ideia central parece ser a de que, para que a representação objetiva do ambiente físico seja possível, o indivíduo

---

<sup>13</sup> A crítica de Burge ao *Representacionalismo Individual* não se coloca apenas aos Empiristas Lógicos, mas também a alguns Neo-Kantianos, a Strawson e a Quine. Para Burge, alguns neo-kantianos sustentam que a representação do ambiente físico requer a representação de princípios de causalidade. Outros, no entanto, sustentam que se deve ser autoconsciente na distinção das aparências perceptivas de objetos independentes da mente, de modo a conceituar uma distinção deste tipo. Strawson defende que para representar corpos é preciso ter uma concepção geral de espaço e uma capacidade de rastrear seu próprio caminho através dele. Quine, por sua vez, afirma que é preciso que o indivíduo tenha recursos linguísticos para a quantificação de predicados, além de um critério para distinguir objetos idênticos ou diferentes (cf. BURGE, 2009, p. 289 – 290). Embora critique os trabalhos como de Quine, Strawson e Davidson, Burge admite que muito do que eles escreveram é verdadeiro e compreensivo, porém o erro deles está em hiper-intelectualizar as condições mínimas de representação objetiva (cf. BURGE, 2010a, p. 151).

deveria ser capaz de representar, não somente as características das entidades representadas, mas também os recursos de objetivação.

Todavia, Burge afirma: “A percepção pura não depende do conceito. Ela não é um pensamento proposicional [...] Ainda, se a percepção fosse conceitual, ela não forneceria, por si mesma, os aparatos representacionais exigidos por qualquer uma dos vários pontos de vistas” (BURGE, 2009, p. 291). Ou seja, ele defende que a percepção pura não depende de conceituação, logo, ela não é um pensamento proposicional. A referência às identidades representacionais dos estados mentais reside sobre as relações causais e funcionais entre o indivíduo e o ambiente. Por essa razão, mesmo sendo conceitual, a percepção não iria, por si só, suprir o aparato representacional requerido por qualquer uma das várias teses desenvolvidas sobre o tema durante o século XX. Ademais, Burge (2010b) defende que a atribuição da forma proposicional à percepção não joga nenhum papel na ciência, e ainda, o fato da estrutura da percepção incluir elementos de aplicação ligados ao contexto e elementos de atribuição que atribuem repetidos atributos a particulares, já é uma forte razão empírica para manter que o conteúdo perceptivo não é proposicional.<sup>14</sup>

A partir disso, Burge defenderá uma posição *anti-individualista perceptual*, segundo a qual a natureza de muitos tipos de estados representacionais (marcados parcialmente por conteúdos representacionais) é constitutivamente dependente de relações com o ambiente físico. Tais relações (normalmente padrões de relações causais) não necessitam ser representáveis pelo indivíduo. Neste sentido, o conteúdo representacional perceptivo não figura em inferência proposicional, ou seja, o conteúdo representacional perceptivo não é proposicional (BURGE, 2010b, p. 31).

## 2.2 O Anti-Individualismo Perceptual

A visão que Burge defende é de que a representação objetiva se apresenta sem recorrer a uma associação linguística ou a habilidades conceituais gerais. Neste caso, a objetividade estaria totalmente presente na percepção, apesar de algumas pré-condições constitutivas para a representação empírica objetiva serem internalizadas e representadas na psicologia do indivíduo. Burge (2010b) defende que a percepção dos indivíduos, mais especificamente de particulares como tendo atributos específicos, ocorre ainda que o estado perceptual relevante não esteja fenomenicamente consciente. Ou seja, os indivíduos percebem instâncias de atributos e respondem a constâncias perceptivas ainda que não estejam prestando atenção - “atendendo às particularidades percebidas” (BURGE, 2010b, p. 30).

Sendo assim, ao defender um *anti-individualismo perceptual*, contrapondo-se ao *representacionalismo individual*, Burge defende que a percepção é o acesso epistêmico para um mundo objetivo e independente da mente. Além disso, a percepção é atribuída a todo animal - isso quer dizer que todo animal percebe - e é dependente das relações com o ambiente físico. Neste sentido, a noção de representação é equivalente à noção de conteúdo representacional, ela pode ser precisa ou não (BURGE, 2003b, p. 159). Sendo assim, a representação ou o conteúdo representacional é associado com um estado perceptual e depende da

<sup>14</sup> Cf. BURGE, “Origins of Perception”, 2010, p. 31 – 33.

interação com os elementos do ambiente, onde há uma constância perceptual para discriminar o que é relevante às necessidades básicas e atividades do animal.

Aliás, é importante destacar, novamente, que ele reconhece uma distinção entre estados perceptivos representacionais e os estados que funcionam meramente para registrar, ou codificar, informação sensória, como vimos na primeira seção deste artigo, pois isso é básico para compreender não só a percepção, mas também a representação.

O ponto enfatizado por Burge é que a referência às identidades representacionais dos estados mentais depende, constitutivamente, em mais do que aquilo que o indivíduo pode fazer para descrever, localizar, confirmar ou acreditar sobre o que está sendo representado. Elas residem em parte, mas essencialmente, sobre as relações causais e funcionais entre o indivíduo e o ambiente. De acordo com a posição de Burge, um estado mental é representacional se ele tem condições de veracidade (*veridicality conditions*) e é sobre entidades. Portanto, o autor coloca que não há razão para insistir que as condições psicológicas necessárias para a representação objetiva exijam que o indivíduo o faça objetivando a si mesmo.

Nas palavras de Burge:

O anti-individualismo afirma que as naturezas de muitos estados mentais depende constitutivamente das relações entre o indivíduo, naqueles estados, e outras coisas. As naturezas de muitos estados mentais somente podem ser constitutivamente explicadas por referência a um ambiente ou assunto mais amplo. Tal como acontece com os corações e as placas, estados mentais constitutivamente suportam *relações* com coisas além deles.

Tal como acontece com o coração e as placas tectônicas, nenhuma parte da estrutura dos estados mentais em si se encontra fora do indivíduo no ambiente em geral. Estados mentais não eles próprios relações com o meio. As estruturas dos estados mentais incluem as estruturas dos seus respectivos conteúdos representacionais. Essas características estruturais não são apenas constitutivas. Elas são aspectos, ‘partes’, da natureza dos estados. O conteúdo representacional de uma crença e os seus elementos estruturais são aspectos da natureza da crença (além da crença de ser uma crença, em oposição a uma esperança ou suposição). Eles são parte do que é ser esse estado mental. A explicação psicológica faz uso explicativo dessas estruturas (2010a, p. 67).

Nas considerações de Burge sobre o *anti-individualismo* fica claro que a externalização do pensamento não elimina aspectos internos e puramente individuais dos eventos psicológicos. A sua posição é compatível com várias posições sobre o problema mente-corpo. Para Burge o anti-individualismo por si só não implica uma redução da mente a sua relação com o ambiente externo. O que Burge afirma é que “estados mentais não flutuam livres de estados físicos subjacentes. Eles estão localizados onde o indivíduo que tem esses estados mentais está” (2010a, p. 67). Como visto em sua analogia às placas tectônicas e ao coração: ser uma placa tectônica ou um coração depende em parte das relações causais externas a elas - no caso das placas, forças e massas geológicas; mas isso não significa que se pode reduzir o que elas são as suas relações externas, dado que

elas possuem uma estrutura interna independente dessas. Sendo assim, afirmar que o *anti-individualismo* propõe que os estados mentais não estão na cabeça, ou são unicamente relações com o ambiente, é incorreto, pois essa perspectiva não implica que os estados ou eventos marcados por conteúdo representacional não possam estar na cabeça (BURGE, 2010a, p. 64).

Ao assumir um *anti-individualismo perceptual* o estado representacional exige ter certas relações associativas (*associational*) com alguns estados representacionais verídicos que supõem relações referenciais, indicativas e de atribuição de relações de representação devidamente relacionadas a uma matéria. Na verdade, os conteúdos representacionais auxiliam a marcar a natureza dos estados representacionais, bem como figuram em grande parte das explicações mais sérias sobre estados representacionais.

Sendo assim, Burge afirma:

Os termos ‘percepção’ e ‘representação’ são partes de uma forma poderosa e distinta de explicação psicológica. A representação e o conteúdo representacional são mais basicamente associados a tipos de estados que estão constitutivamente associados com veracidade ou não-veracidade (2010a, p.319).

Podemos, a partir disso, concluir que para Burge o conteúdo representacional de atributos perceptivos depende das relações com o ambiente e não é organizado proposicionalmente. Nesse sentido quaisquer procedimentos, que se tenha que discriminar e agir mediante tais tipos de percepção, têm seu significado derivado do fato de que são adaptações e acomodações do seu próprio tipo no sistema perceptivo do sujeito. Tais procedimentos não fornecem significado para os estados de percepção independentemente dos tipos com os quais se está interagindo.

O *anti-individualismo* proposto por Burge parece ser uma ferramenta para se repensar o *representacionalismo individual* presente na filosofia analítica do século XX. Burge acredita que o *anti-individualismo*, no que tange à percepção, caso seja devidamente elaborado, fornece uma estrutura que permite rejeitar o pensamento tradicional acerca das percepções objetivas. Ele ainda acrescenta que o *anti-individualismo* é pressuposto nas partes da psicologia perceptual e experimental, e que solapa diretamente o *representacionalismo individual*. Sendo assim, o autor acredita que a reflexão do *anti-individualismo* acerca da percepção ajuda e desconstruir o *representacionalismo individual*.

### 3 BURGE E O EMBODIMENT

Nas últimas décadas tornou-se claro que os indivíduos não dependem apenas do processamento de informações, mas também do corpo, posição essa que podemos chamar de *embodiment* (incorporação).<sup>15</sup> Essa perspectiva contemporânea considera como necessária, por exemplo, para a cognição, a percepção, a consciência, compreender um indivíduo não somente como um cérebro ou uma mente, mas como um organismo como um todo, em que cérebro, mente e corpo interagem entre si e com o ambiente externo - *embodied*. Isso quer dizer que para entender a mente é preciso entender as compulsões que o corpo impõe sobre ela,

<sup>15</sup> Para ver diferentes visões sobre “embodied cognitive science” ver Thagard (2005); Varela et al. (1991).

ou ainda, é preciso uma apreciação das interações entre o cérebro, o corpo e o mundo (SHAPIRO, 2011, p.158).

Defensores de um *radical embodiment* negam que o cérebro ou a mente é requisito suficiente para consciência ou ainda cognição. Para eles a informação recebida do corpo é quantitativamente superior a recebida de qualquer objeto ambiental. Uma capacidade mental é *embodied* (corporificada/incorporada) se ela envolve estados internos e processos que controlam ou respondem ao corpo. O corpo, para a noção de *radical embodiment*, apresenta uma característica especial. Ao enfatizar o papel do corpo, uma grande parte das posições do *embodiment* elimina a noção de “representação” - *anti-representacionistas* (como J.J. Gibson, Rodey Brooks, etc.) - não só para tentar fugir de custos metafísicos em suas posições, mas também por pensarem que as representações são ineficientes, uma vez que os sistemas biológicos reais interagem dinamicamente com o que foi pensado tradicionalmente ser representado (ALSMITH and VIGNEMONT, 2012). Porém, a discussão sobre manter as representações dentro da fala do cientista cognitivista está sendo bastante debatida nos últimos anos, principalmente na psicologia cognitiva, neurociência e em algumas correntes da filosofia da mente, na medida em que há aqueles que mantêm a noção de representação como algo incorporado ao pensamento e útil para a percepção<sup>16</sup>.

Apesar de Burge (2010a) afirmar que há muito a ser dito sobre como a noção de representação se encaixa em um amplo domínio de explicações - causais, teleológicas, químicas, neurais, macro-biológica, teóricas, de engenharia, semânticas -, explicações estas que devem estar livres de fortes preconceitos de como elas devem ser respondidas, ele é um representante da corrente que defende a importância da “representação” para os níveis mais fundamentais de percepção e formações de crença. O papel da filosofia aqui é o de clarificar, explorar e conectar as noções de estado representacional. Além disso, tentar reduzir “representações” e “condições de veracidade” a algo “aceitável naturalisticamente” (*naturalistically acceptable*) é algo sem esperança ou inútil. Na visão de Burge, qualquer forma de reducionismo é sem esperança.<sup>17</sup>

A noção de representação de Burge não deve ser vista como naturalizada, dado que ele critica o projeto de naturalização da filosofia alegando que há equívocos no modo como eles conduzem a ciência e a mente.<sup>18</sup> Sendo assim, poderíamos então concebê-la como uma versão moderada da teoria do *embodiment*? Poderíamos conceber a percepção como *embodied* para Burge?

<sup>16</sup> Cf. PRINZ, “Furnishing the Mind: Concepts and their Perceptual Basis”, 2002; PRINZ, “Is Consciousness Embodied?”, forthcoming.

<sup>17</sup> Burge (2010a, p. 75) se oporá tanto ao reducionismo buscado pelos naturalistas, quanto às reduções: (a) funcionalista ou behaviorista, que tenta explicar a natureza dos estados de representação por considerar que eles consistem em uma rede de relações causais ou disposicionais que se limita a ligar registros de estimulação proximal com movimentos do corpo; (b) neurofisiológicas, que buscam explicar a natureza dos estados representacionais do ambiente físico unicamente em termos de ocorrências neurais ou fisiológicas do corpo; (c) fenomenológicas ou subjetivistas, uma abordagem tradicional que sustenta que a natureza dos estados representacionais consiste inteiramente em suas características subjetivas e fenomenológicas.

<sup>18</sup> Burge afirma: “I find such rescue missions in philosophy quaint and the parallel moves in psychology retrograde. Each approach is out of sync with empirical knowledge and practice. Neither approach captures, or even reflects on, what is distinctive about certain powerful and successful explanations in psychology, specifically perceptual psychology. Promoters of “naturalizing” projects are driven, I think, by misconceptions of science. These misconceptions breed misconceptions of mind” (2010a, p.296).

Pensando nesse sentido, a posição *anti-individualista* de Burge poderia ser reconhecida como um *moderate embodiment*, ou ainda defendendo uma versão de *embodied perception*, dado que ela marca a necessidade de considerar um elemento externo ao indivíduo e seus estados mentais quando se trata de representações perceptuais. Para Burge:

O anti-individualismo vai muito além do que a figura causal de referência. Aplica-se aos estados da mente, não apenas à referência linguística. Ele alega que as naturezas representacionais dos estados mentais são constitutivamente dependentes do ambiente. E isso não se aplica somente a uma pequena gama de dispositivos representacionais, mas quase a todas as séries (2010a, p. 149).

E ainda afirma que “A estrutura dos conteúdos representacionais assinala aspectos estruturais das capacidades incorporadas nos estados psicológicos” (2010a, p. 41). Assim, a referência às identidades representacionais dos estados mentais reside sobre as relações causais e funcionais entre o indivíduo e o ambiente. O conteúdo representacional de atributos perceptivos depende das relações com o ambiente.

Neste sentido, podemos dizer que, para Burge, o fenômeno representacional envolve o indivíduo – cérebro, mente e corpo – conjuntamente com o ambiente externo. E disso poderíamos concluir que Burge é um dos pesquisadores que apela para uma relação intercambiável entre representações e *embodiment*.

## CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado, pretendo assegurar que a posição de Burge, frente à percepção e, principalmente, à representação, garante que o conteúdo dos pensamentos dos indivíduos não é determinado internamente, ou, ainda, conceitualmente. Isto é, a percepção e a representação do mundo físico, de acordo com Burge, não requerem estruturas proposicionais ou conteúdo representacional proposicional. Desse modo, a identidade dos estados representacionais reside sobre as relações causais e funcionais entre o indivíduo e o ambiente.

Entretanto, assumir um *anti-individualismo perceptual* não exige uma redução da mente ao ambiente ou ainda a sua eliminação. Burge propõe que ao falar de representação é necessário haver uma associação da percepção aos sentidos e ao ambiente externo. Ao aceitar essa premissa, é possível identificar a sua posição com as linhas contemporâneas de *embodiment*. Dentre as mais radicais (que negam a mente como requisito para a cognição) e as mais amenas, podemos identificar a perspectiva de Burge como *moderate embodiment*, dado que ele não elimina e nem reduz a mente, mas trabalha com uma noção associativa entre o indivíduo (possuidor de corpo, mente e cérebro) e o meio externo.

\*\*\*

## REFERÊNCIAS

- ALSMITH, A. J. T. and VIGNEMONT, F. Embodying the Mind and Representing the Body. In: *Rev.Phil.Psych.* v. 3, 2012.
- BURGE, Tyler. Disjunctivism Again. In: *Philosophical Explorations: An International Journal for the Philosophy of Mind and Action.* v. 14, n. 1, 2011.
- \_\_\_\_\_. Disjunctivism and Perceptual Psychology. In: *Philosophical Topics.* v. 33, n. 1, Spring 2005.
- \_\_\_\_\_. *Origins of objectivity.* New York: Oxford University Press, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Origins of Perceptions. In: *Disputatio,* v. IV, n. 29, November 2010b.
- \_\_\_\_\_. Perception. In : *Int J Psychoanal,* n. 84, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Perceptual Entitlement. In: *Philosophy and Phenomenological Research.* v. LXVII, n. 3, November 2003b.
- \_\_\_\_\_. Perceptual Objectivity. In: *Philosophical Review.* v. 118, n. 3, 2009.
- \_\_\_\_\_. Individualism and the Mental. In: *Midwest Studies in Philosophy* 4, 1979.
- PRINZ, J. *Furnishing the Mind: Concepts and their Perceptual Basis.* Cambridge, MA:MIT Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. Is Consciousness Embodied? In. P. Robbins and M. Aydede (Eds.) *Cambridge Handbook of Situated Cognition.* Cambridge: Cambridge University Press (forthcoming).
- SHAPIRO, L. *Embodied Cognition.* New York: Routledge, 2011.
- THAGARD, P. *Mind: Introduction to cognitive science.* Cambridge: MIT, 2005.
- VARELA, F.J., E. THOMPSON, and E. ROSCH. *The embodied mind: Cognitive science and human experience.* Cambridge: MIT, 1991.